



Legítimo!



Pacífico!



Democrático!

Os jovens brasileiros pegaram toda a sociedade de surpresa. Numa mobilização espontânea e crescente que partiu das redes sociais, ganham as ruas das grandes cidades de todo o país e conquistam a sociedade. A geração de cabelos brancos e grisalhos que viu e sofreu com a ditadura militar tenta entender a mobilização de hoje e o que se passa na cabeça dessa garotada. Uns aderem, Outros ainda hesitam. Mas todos são levados a uma reflexão.

No fundo, os mais antigos sentem um certo orgulho e satisfação. Veem-se nos jovens de hoje ao lembrarem dos protestos dos anos 60 e 70.

Desde as Diretas, Já não havia uma manifestação tão significativa. Nem os carapintadas do Fora-Collor, onde convergiu o anseio popular e o interesse da mídia e da burguesia naquele momento, teve tanta repercussão.

Fato é que os jovens estão nas ruas. É preciso entendê-los e não ter medo de apoiá-los.

Quem duvida desta legitimidade que participem dos próximos protestos e vejam, com seus próprios olhos, a cara desse movimento: espontâneo, legítimo, pacífico, democrático e, acima de tudo, jovem. Participar faz bem à alma e ao país e rompe a letargia social de

Confira na página 3 a cobertura das manifestações no Rio feita pela equipe de jornalistas do **Jornal Bancário**.

Um novo cenário para o setor financeiro no Brasil

Juros, spreads e tarifas bancárias mais baixos: possíveis respostas do setor ao novo cenário e as consequências para os trabalhadores

Nos últimos anos, consolidou-se no âmbito do governo federal a insatisfação com os níveis elevados das taxas de juros praticadas no país. Passou a predominar o entendimento de que os *spreads* bancários – diferença entre a taxa de empréstimo do banco e o custo de captação, ou seja, a margem de ganho bruto dos bancos – praticados no Brasil são demasiadamente elevados em comparação à média internacional, comprometendo a continuidade do processo de desenvolvimento econômico. Tal situação derivaria diretamente do elevado grau de concentração do setor bancário brasileiro e da elevada taxa básica de juros, que determina um patamar mínimo de valorização do capital, empurrando as demais taxas para cima. A partir deste diagnóstico, o governo federal passou a agir em duas frentes.

Em agosto de 2011, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil iniciou um processo gradual de redução da Taxa Selic. Desde então, a taxa caiu gradativamente de 12,5% ao ano até 7,25% ao ano, em outubro de 2012, o menor patamar verificado no último período. A importância deste processo reside, entre outros motivos, no incentivo que a redução da taxa de juros tende a gerar sobre os investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, propicia a liberação de recursos públicos, antes destinados a pagamento do serviço da dívida pública para outras destinações, à medida que uma taxa de juros básica menor reduz o montante de recursos transferidos da sociedade para os detentores de riqueza financeira.

A redução da Selic afetou a rentabilidade das instituições financeiras em dois âmbitos. Por um lado, os bancos – detentores de um volume expressivo de títulos da dívida pública – sofreram, desde então, uma queda das receitas vinculadas a estes ativos. A outra fonte de receita dos bancos afetada refere-se aos depósitos compulsórios*, também remunerados pela Selic. Assim, num primeiro momento, a queda na Taxa

Selic reduziu os ganhos financeiros de curto prazo, alta rentabilidade e baixo risco, que asseguraram por muitas décadas os elevadíssimos ganhos dos bancos no país.

Outra medida encampada pelo governo federal foi acionar os dois grandes bancos públicos federais para iniciarem um movimento de redução de suas taxas, na expectativa de que os bancos privados os acompanhassem sob o risco de perderem mercado. Em abril de 2012, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal apresentaram programas que englobavam reduções de taxas de juros em diversas modalidades creditícias e logo foram seguidos por seus maiores concorrentes privados. Como resultado, o *spread* geral da economia brasileira caiu, apesar de situar-se ainda em um patamar elevado na comparação com padrões de nível internacional.

No início do processo de redução de juros, argumentava-se que as instituições financeiras não perderiam, necessariamente, rentabilidade, uma vez que havia no país tanto uma grande margem para crescimento das operações de crédito, como, também, uma enorme parcela da população brasileira sem acesso a serviços bancários e com condições de acessar crédito, devido ao aumento do nível de emprego e renda observado nos últimos anos.

Dessa forma, os bancos precisariam mudar a estratégia de negócios, passando a ganhar menos na rentabilização de cada operação e mais no volume de operações. De fato, entre março de 2012 e janeiro de 2013, a relação crédito/PIB elevou-se, passando de 49,2% para 53,2%. No entanto,

esse crescimento se deu, basicamente, em função do aumento das operações nos bancos públicos. Além de novos créditos, observou-se um forte movimento de migração de créditos de bancos privados para os públicos, através da portabilidade.

Uma reação das instituições financeiras, às medidas adotadas pelo governo federal, se traduziu na tentativa de compensar possíveis perdas de rentabilidade com a elevação de um componente secundário, porém importante, de suas receitas: as tarifas bancárias. Diante disso, novamente, os bancos públicos foram acionados pelo governo federal para iniciar um

Uma primeira visão, externada pelos presidentes do Bradesco, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, avalia de forma positiva a redução de juros e dá a entender que se acredita nas condições objetivas da economia brasileira para que isso ocorra. O Itaú Unibanco, por sua vez, preconiza a necessidade de melhorar a eficiência

processo de redução de tarifas, com o objetivo de forçar a queda dos valores praticados pelos seus concorrentes privados.

Uma avaliação preliminar desse cenário sinaliza que a efetividade e a intensidade dessas mudanças, ainda em curso, são incertas, pois dependem da resposta

das instituições financeiras frente à tentativa do governo de alterar a cultura rentista. Como, então, poderão as empresas do setor agir daqui em diante? A análise do discurso empresarial indica os possíveis caminhos a serem percorridos pelos bancos.

Uma primeira visão, externada pelos presidentes do Bradesco, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, avalia de forma positiva a redução de juros e dá a entender que se acredita nas condições objetivas da economia brasileira para que isso ocorra. O Itaú Unibanco, por sua vez, preconiza a necessidade de melhorar a eficiência. Para tanto, o banco lançou mão de uma série de ajustes compreendendo cortes de custos que tem se traduzido, predominantemente,

em demissões. Política similar vem sendo adotada também pelo banco espanhol Santander, que vem demitindo muitos trabalhadores no Brasil, principalmente a partir dos últimos meses de 2012.

Vale lembrar que também está presente na argumentação empresarial a aposta no processo de bancarização por meio da disseminação dos correspondentes bancários e de novas modalidades de pagamento, através, por exemplo, do telefone celular ou *smartphone*. Esse é um provável novo modelo de atendimento bancário no Brasil, que viria substituir o atual. Um modelo baseado em agências e postos de atendimento, que requer investimento, relativamente elevado, em tecnologia, vigilância e pessoal.

Note-se, finalmente, que nas reuniões do Copom (em 17 de abril e 29 de maio de 2013), o Comitê voltou a elevar a taxa Selic ao patamar de 8%, dado o diagnóstico do Banco Central sobre os determinantes da inflação. Apesar de ser ainda muito cedo para se deprender conclusões dessa última medida, é possível afirmar que se o Copom der prosseguimento à política gradual de redução da Selic, em direção aos padrões internacionais, após os últimos ajustes ocorridos em abril e maio, outro cenário se estabelecerá. Dada a atual conjuntura econômica brasileira nos próximos anos, ao que tudo indica, o setor bancário passará por uma nova onda de ajustes, seja introduzindo novas tecnologias, objetivando a redução de custos (o que tende a impactar negativamente o nível de emprego no setor), seja buscando novas fontes de receitas que compensem a queda das atuais ou mesmo ampliando sua base de clientes. **A conferir.**

* *Recolhimentos obrigatórios de recursos que as instituições financeiras realizam junto ao Banco Central com a finalidade de controlar a liquidez da economia e proporcionar estabilidade ao sistema financeiro.*

A cara do movimento que ganhou o Brasil

Jornalistas do Jornal Bancário participam dos protestos para tentar entender o perfil dos jovens do movimento popular que ganha as ruas do país

O movimento que surgiu nas redes sociais e ganha o país é inteiramente pacífico. Quando um ou outro ativista comete excessos nas passeatas é recebido com um sonoro “não” e vaias e com o grito “violência, não”. Não há “vândalos” e “baderneiros”, que apareceram somente nas manchetes dos jornais da grande mídia, que, como sempre, joga contra a mobilização popular. Os atos mais extremos eram cometidos sempre na dispersão, após as passeatas, sabe-se lá por quem.

A paz predominou em todo o percurso das passeatas no Rio, recebidas com papéis picados pelas pessoas que acompanhavam a atividade do alto dos edifícios.

É bem verdade que a Globo também pega carona nas passeatas e usa sua versão para atacar o governo Dilma. Mas nada tira a legitimidade do movimento. Até porque a mídia não é poupada pelos manifestantes. Um dos gritos de guerra diz: “A realidade é dura, a Globo apoiou a ditadura!”

A pauta das manifestações é crítica aos governos municipais, estaduais e federal. Querem o passe livre, educação de qualidade para todos e saúde pública digna, dívidas sociais que ainda não foram superadas. Protestam contra a corrupção, as obras superfaturadas e os gastos absurdos dos governos para a realização da Copa do Mundo. As reivindicações são mais do



O movimento dos jovens que cresce em todo o país é pacífico. A sociedade tenta compreender o perfil de uma nova geração que não acredita mais nas chamadas instituições de

que justas. Como ficar contra?

QUEM SÃO

Estudantes, secundaristas e universitários, trabalhadores, desempregados e gente de todas as tribos começam a ganhar a sociedade. Os jovens que originaram a mobilização deixam uma lição esquecida por muitos há décadas: relembram as gerações de cabelos grisalhos e brancos, que o lugar do povo é nas ruas, protestando e cobrando os seus direitos.

Essa garotada parece não se ver

representada por partidos políticos, sindicatos, parlamentos e governos e alguns tentam retirar faixas e bandeiras nas passeatas. Parece assustador. Mas é um fato. É verdade que precisam aprender que as ruas são de todos. Mas como explicar aos jovens que partidos de esquerda apoiam governos de direita, como Sérgio Cabral e Eduardo Paes? E que o prefeito Clécio Luís (PSOL), de Macapá, capital do Amapá, mesmo a presidenta Dilma zerando a cobrança do PIS e COFINS sobre o transporte público urbano, não aumentou, mas

AGIOTAGEM OFICIAL

Santander é o recordista de juros no cheque especial:

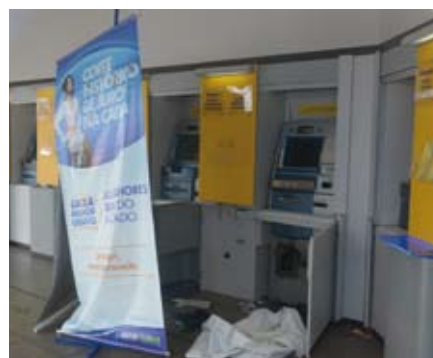
A taxa média dos juros cobrados no cheque especial pelos maiores bancos do país é de 149,9% em um ano (ou 7,93% ao mês), segundo pesquisa do Procon-SP divulgada na última terça-feira, dia 11. Segundo o economista e professor da FGV-SP Samy Dana, a taxa mais alta encontrada é do Santander, que chegou a 212,14% ao ano (9,95% ao mês). Em seguida ficou o HSBC (207,74%), o Bradesco (174,53%) e o Itaú (173,62%). Os números são resultado de uma média calculada pelos economistas e podem variar para cada situação específica, porque os bancos oferecem taxas diferentes de acordo com o plano contratado pelo cliente e a relação entre eles. Ou seja, quem

menos taxas.

“Além de explorarem os bancários, demitindo e assediando, os bancos cobram os maiores juros do mundo e discriminam os trabalhadores ao reduzir as taxas do cheque especial para os mais ricos. Não dá para aceitar um governo popular e democrático continuar fazendo vista grossa para essa agiotagem oficial”, critica o diretor do Sindicato Sérgio Menezes.

A Caixa Econômica Federal tem a menor taxa de juros para a modalidade entre os bancos pesquisados, com 4,27% ao mês no cheque especial, ou 65,16% em um ano. Nesse caso, uma dívida de R\$ 100 custaria R\$ 165,16 em 12 meses.

Assaltantes usam 'banners' da Caixa para assaltar Banco do Brasil



Banners da Caixa Econômica foram usados para encobrir assaltantes que arrombaram máquinas de autoatendimento da agência do Banco do Brasil do Recreio, na madrugada de quarta para quinta-feira última. O expediente, inédito, utilizado levanta a suspeita de que os bandidos podem ter atacado agências da Caixa. O diretor do Sindicato Marcelo Pereira esteve no local.

Classificados de Classe



Imóvel - Venda

Passo financiamento de um aptº. no Recreio dos Bandeirantes, empreendimento Viverde, R\$60 mil, restante a combinar, aceito carro como parte de pagamento. Tel.: 7874-0076 – Paulo Rodney.

Vdo. um aptº. próximo ao Merck, Taquara, 2 qtºs., 63m², área, 2º andar, piscina, sauna, vaga na escritura, condomínio R\$320, (está em obra), doc. Ok, R\$220 mil, podemos marcar visita. Tels.: 8251-6555 – Robson ou Cristina.

Vdo. um aptº., 2 qtºs., 2 banheiros, sendo um de empregada, área de serviço, ótimo apartamento próximo ao Parque Madureira. Tels.: 9360-8583/7352-8008.

Vdo. 2 terrenos em Papucaia, Itaboraí, condomínio fechado Country Ville, 240m² cada um, poço artesanal, luz, porteiro 24 horas, R\$28 mil cada. Tels.: 8854-5900/2223-1292 – Geisa ou Sirlene – com proprietário.

Vdo. um aptº., 2 qtºs. (1 suíte), cozinha americana, 2 banheiros, 77m², uma área de 25m², armários embutidos, condomínio Mirante Campeste, térreo, play, segurança 24 horas, estacionamento, salão de festa, piscina. Tels.: 2103-4138/4169 – Maria Martins.



Imóvel - Aluguel

Alugo um aptº. de um qtº. e sala, cozinha, varanda, por temporada ou diária, Rua Sol Nascente, Condomínio Sol e Mar, casa 36 (Unamar, bairro Aquários – Tamoios, 2º Distrito – Cabo Frio). Tels.: (22) 2630-6777/(21) 9192-1097.

Alugo para feriados e finais de semana casa duplex, mobiliada, Cabo Frio, duas suítes, lavabo, varanda, área, duas vagas cobertas, churr., Peró, diária, envio fotos. Tels.: 9862-4525 (Jorge Lucena) e 8814-1021 (Glauber).

Vdo. uma moto Kawasaki 650 en6r 2010/2010,



Carros e Motos

branca, 7.800 km rodados, doc. ok. Tels.: 3980-3021/8748-1060.

Vdo. um Agile LTZ 1.4 Flex 2010/2011, 4 portas, dourado, rodas liga leve, piloto e farol automático, completo. Tels.: 2223-1292/8854-5900 – Cintia.

Vdo. um Ford Fiesta Personalite 1.6, prata, 2002/2003, kit gás, vidros elétricos, R\$12 mil. Tels.: 9962-8375/7699-6774.

Vdo. um Sandero Expression 1.6, 2011/2012, vermelho metálico - 4 pts, ar, direção e travas, único dono, 10.570 km rodados, som de fábrica, comandos no volante, vidros elétricos dianteiros, quitado, garantia de fábrica (1ª revisão Ok), R\$31.500. Tel.: 7877-1309.

Vdo. um Gol 2009/2010, branco, completo, kit gás. Tels.: 3332-6698/7835-2889 id 381*70.



Diversos

Vdo. um aparelho Nextel Motorola i786, seminovo, completo (na caixa) ou troco por Blackberry e dou a diferença em dinheiro. Tels.: 9959-1487/7746-4844 – Murilo.

Vdo. um DVD automotivo retrátil LCD 7 com TV digital e GPS, três anos de uso, Powerpack mod. 072. Tel.: 9301-9760 – Paulo.

Vdo. uma cama boxe com colchão ortopédico, medidas 1,86m x 0,90cm x 0,44cm, R\$100. Tels.: 9631-2499/3461-6163 – das 9h às 18h – Fábio.

Vdo. lindos filhotes de cães da raça Basset, famosa Salsicha, vermifugados, R\$200. Tels.: 9958-2079/7860-1389 – Marcia ou Genilson.

Vdo. uma estante em madeira com duas luminárias nas laterais e uma televisão 29", tudo por R\$1 mil. Tels.: 9847-7864/7363-9197

Itaú paga fortunas para bancar o assédio moral e as demissões

Para manter azeitada a máquina do assédio moral e das demissões, o Itaú Unibanco paga um preço muito alto. São pouco mais de 15 diretores que elaboram o planejamento e monitoram a execução da política cruel de corte de custos e aumento das vendas de produtos.

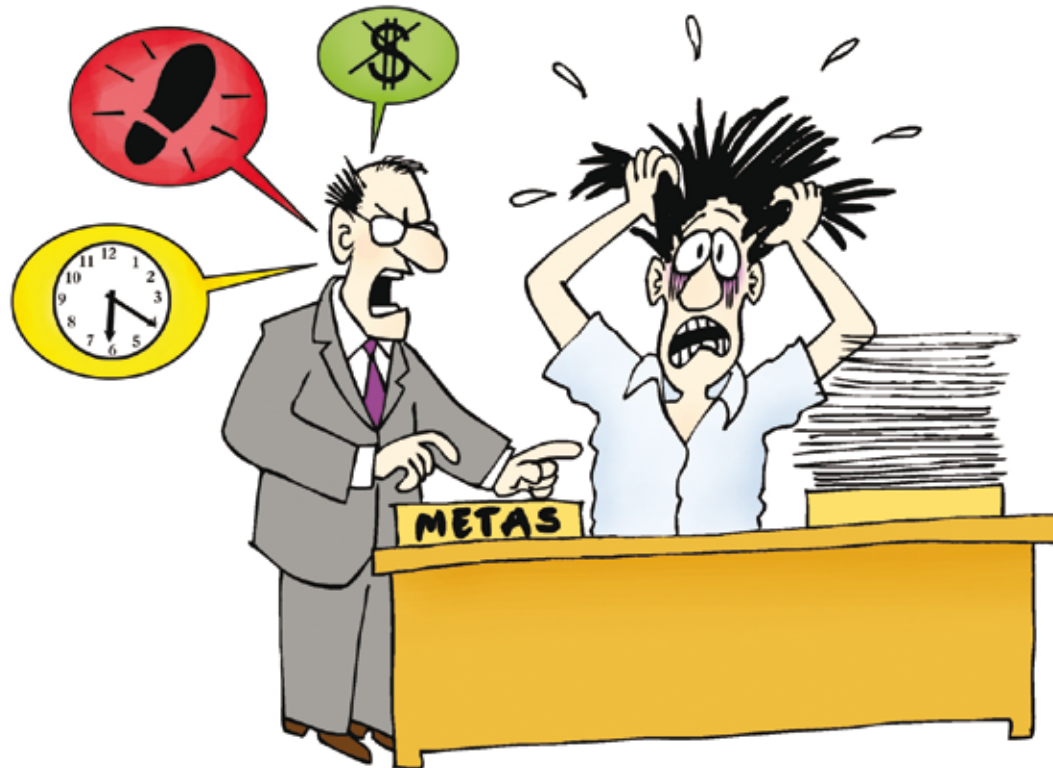
ABISMO

São dois pesos e duas medidas. Num lado da balança estão os milhares de demissões, extinção de vagas, metas inatingíveis, insegurança e doenças do trabalho.

No outro lado da mesma balança, pouco mais de 15 diretores. Cada um deles recebe mais de 754 mil reais por mês. Esse valor, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) é 234 vezes o que ganha um bancário que recebe o piso salarial. Quem ganha o piso precisaria trabalhar 19 anos para receber o que ganha um desses diretores do banco.

DEMISSÕES EM MASSA

Há uma distância estratosférica,



um fosso abissal, entre o piso salarial e o céu dos *ceos* (executivos). Lá de onde estão eles determinam os percentuais das metas, que, cada vez maiores, engordam suas bolsas. Decidem também o volume de corte de custos pela via das demissões.

Neste ano, só nos primeiros três meses foram eliminadas 708 vagas. Em 2012, cada um desses senhores

recebeu, em média, R\$9,05 milhões, segundo matéria do *Valor Econômico* de 11 deste mês, com base em documentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No mesmo ano de 2012, o Itaú eliminou 7.935 postos de trabalho, reduzindo em 8,08% o quadro de empregados. Somados às demissões de 2011, foram destruídos

13.699 empregos. Tudo isso contra um resultado recorde de R\$14,043 bilhões no ano passado.

PARADOXOS

Ao comentar esses dados, a diretora executiva da Secretaria de Imprensa do Sindicato, Vera Luiza Xavier, destacou o aspecto paradoxal que reside nessas informações. “Os números não mentem, provam que o Itaú não fala sério quando diz que condena o assédio moral. Pois, em vez de punir os mentores dos atos abomináveis cometidos contra os bancários, premia-os com salários e bonificações estratosféricos”, protestou.

O diretor de Imprensa da entidade Ronald Carvalhosa condenou as atitudes contraditórias do Itaú: “O bancário é demitido, quando deixa de bater a meta. O balanço do primeiro trimestre deste ano mostra que o Itaú não cresceu. No entanto, os executivos foram premiados por sua incapacidade de fazê-lo crescer”, disse.

DIA DE LUTA NA CAIXA

Empregados protestam contra as metas abusivas

Nesta quinta-feira (20), os empregados da Caixa, em todo o país, vão se manifestar de várias maneiras contra as metas abusivas e o assédio moral. As manifestações serão também por mais contratações de funcionários e por unidades mais adequadas.

Os protestos são convocados pela Confederação dos Trabalhadores no Ramos Financeiro (Contraf-CUT), seguindo a decisão do XXIX Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado de 17 a 19 de maio, em

São Paulo.

Os trabalhadores estão sendo orientados a realizar reuniões em seus locais de trabalho, manifestações nas ruas, atos nas portas das unidades e retardamento na abertura de agências. Os protestos têm o objetivo de dizer não ao caos nas agências e postos de atendimento da Caixa espalhados pelo país.

“Para o sucesso das reivindicações é fundamental que todos os empregados participem dos protestos desse Dia Nacional de Luta”, disse o diretor do Sindicato

Sindicato apoia Rafael Matos para Caref

O segundo turno das eleições para o Caref (Representante dos Funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil) será de 24 a 28 deste mês. O Sindicato apoia Rafael Matos, o candidato mais votado no primeiro turno. A diretora do Sindicato Rita Mota frisou a importância da participação de todos nas eleições, lembrando que o Caref é a voz dos funcionários no Conselho de Administração.

Entre os principais compromissos de Rafael estão melhorias nas relações de trabalho, o combate ao assédio moral, critérios claros de ascensão profissional, mais mulheres nos cargos diretivos, e que o banco compartilhe com os funcionários as decisões estratégicas, metas e orçamento. A



Ao votar em Rafael Bastos, digite também a matrícula: F8369846.

votação é através do SISBB, o sistema interno do banco. Para votar, além do nome você deve digitar a matrícula do candidato. A de Rafael Matos é F8369846.

“A eleição do Caref é uma conquista das centrais sindicais, capitaneada pela CUT. É um avanço importante porque dará à representação dos trabalhadores o direito de participar da instância máxima onde são tomadas as decisões estratégicas do Banco do Brasil.